

Formação Continuada a Distância em Conselhos Escolares: Experiências de Ensino e Aprendizagem

**Ana Lucia Calbaiser da Silva^{*1}, Maria Cecília Luiz², Maria
Cristina Luiz Ferrarini³**

¹ Doutoranda em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de São Carlos. Rua José Peres Alonso, 78, Recanto do Bela Vista - Porto Ferreira - SP - Brasil. calbaisereg@gmail.com

² Professora, Departamento de Educação, Universidade Federal de São Carlos. Rua Vitório Giometi, 571, Jardim Nova Santa Paula - São Carlos - SP - Brasil. cecilia Luiz@ufscar.br

³ Pesquisadora, Universidade Federal de São Carlos. Rua Eugênio Franco de Camargo, 2061, Jardim Brasil - São Carlos - SP - Brasil. cristinaluizf@gmail.com

Resumo

No Brasil, a oferta de educação a distância encontra-se em processo de expansão, o que permite à população maior acesso à formação inicial e continuada, pois rompe com as dificuldades impostas pelo tempo e espaço. O Curso de Formação Continuada em Conselhos Escolares, ofertado pela Universidade Federal de São Carlos em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, advém como possibilidade de formação contínua e de fortalecimento desses colegiados. O objetivo deste artigo é apresentar questões sobre o processo de ensino/aprendizagem desenvolvido no curso, por meio de uma metodologia pautada no relato de experiência das questões pedagógicas. Após o estudo, verificou-se que a concepção de ensino/aprendizagem do curso é a democrática. Superando a perspectiva idealista de conselhos escolares, ministram-se conteúdos e atividades que direcionam os cursistas para a investigação sobre sua própria realidade. Considera-se que essa investigação, aliada aos conteúdos estudados, acaba por modificar suas concepções a respeito da gestão democrática e amplia ou desperta novas percepções com relação às formas de estruturar seus conselhos escolares. Enfatiza-se a necessidade de que haja mais formações iniciais e continuadas em conselhos escolares nos moldes deste curso, uma vez que possibilitam a reflexão sobre a importância deste colegiado nas escolas.

Palavras-chave: Formação continuada; Conselho escolar; Educação a distância; Concepção democrática.

Continuing Distance Education in School Councils: Teaching and Learning Experiences

Abstract

In Brazil, the distance education provision is in process of expansion, that allows population greater access to initial and continuing education, as breaks with the difficulties imposed by time and space. The Curso de Formação Continuada em Conselhos Escolares, offered by the Universidade Federal de São Carlos - UFSCar in partnership with the Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), comes as the possibility of continuous education and strengthen these collegiate. The objective of this paper is to submit questions about the teaching/learning process developed in the course, through a methodology guided the experience report of pedagogical issues. After the study, it was found that the designing of teaching/learning of this course is democratic. Overcoming idealistic perspective of school councils, are applied content and activity that guide the course participants in the research on their own reality, which combined with the contents studied, eventually modify their conceptions of democratic management and increases or awakens new perceptions regarding ways to structure their school boards. It highlights the need important that there are more initial and continuing education in school councils under of this course, as it enables reflection on the importance of this collegiate in schools.

Keywords: Continuing formation; School council; Distance education; Democratic conception.

1. Introdução

A oferta de formação em cursos de aperfeiçoamento, graduação e de pós-graduação na modalidade a distância tem-se multiplicado no cenário brasileiro (Alonso, 2010; Lemgruber, n.d.; Gomes, 2013). Instituições públicas e privadas de ensino vêm se adequando a essa modalidade educacional, o que, em tese, tem garantido à população um maior acesso à educação escolar. Essa adequação se faz cada vez mais presente em um país que possui dimensões continentais e dificuldades para os cidadãos estudarem na modalidade presencial devido à locomoção, dada a enorme dispersão geográfica; e ao tempo, dada a vida corrida e a carga horária de trabalho das pessoas. Além disso, pesquisas afirmam que a informatização, bem como a facilidade de acesso à internet cada vez mais presente, vem propiciando uma formação mais autônoma aos estudantes (seja qual for sua idade) (Kliemann, 2006; França & Simon, 2014).

Nesse contexto, as políticas públicas têm criado cada vez mais oportunidades de atender àqueles que têm dificuldades de acesso à educação presencial. O Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005 (Brasil, 2005) regulamentou a institucionalização da Educação a Distância (EaD). As modalidades e níveis de ensino que a EaD pode ofertar, segundo o Decreto 5.622 são educação básica; educação de jovens e adultos; educação especial; educação profissional técnico (para nível médio); tecnológico (para nível superior) e educação superior.

No caso da educação superior, existe a perspectiva de oferecer ensino, cursos e programas sequenciais, de graduação, de especialização, de mestrado e de doutorado, que precisam da autorização do Ministério da Educação (MEC) para seu funcionamento. Verifica-se, pelo exame do Decreto 5.622/2005, que há a possibilidade de a universidade pública, de forma autônoma, ou seja, sem a autorização do MEC, oferecer cursos de extensão na modalidade presencial ou a distância, além dos já referidos.

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) propicia cursos de extensão com caráter de formação continuada por meio de parceria entre o Departamento de Educação e a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC). Entre os diferentes cursos ofertados, destacam-se dois: o Curso de Formação Continuada em Conselhos Escolares, do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE); e o Pró-Conselho – Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação.

A finalidade deste artigo é apresentar o processo educativo e a perspectiva metodológica de ensino a distância que vem sendo desenvolvida desde 2009 pela UFSCar, por meio do Curso de Extensão a Distância de Formação Continuada em Conselhos Escolares. Utilizam-se como metodologia investigativa os relatos de experiências didáticas e metodológicas observadas no desenvolvimento dessa formação. Esse curso é uma das ações do PNFCE, que tem como objetivo implementar e fortalecer os Conselhos Escolares nas escolas públicas de educação básica por meio de regime de colaboração com os sistemas de ensino (Brasil, 2004a). Destaca-se que a importância da implementação dos Conselhos Escolares está exposta nas principais legislações educacionais brasileiras (Brasil, 1988, 2005, 2014), que exprimem a necessidade desses Conselhos Escolares ou órgãos equivalentes nas unidades escolares para a promoção da participação da comunidade local e escolar na gestão e no acompanhamento de resultados.

2. Referencial Teórico

Os Conselhos Escolares são colegiados que possibilitam a todos os segmentos da unidade escolar a aprendizagem participativa, o que pode contribuir para além dos muros da escola no exercício da cidadania. Essa contribuição se dá por meio do fortalecimento da cultura democrática e participativa de nossa sociedade.

Conforme indicam os materiais disponibilizados pelo MEC (Brasil, 2004b), os Conselhos Escolares são colegiados organizados nas unidades escolares que visam à efetivação do princípio constitucional de gestão democrática da educação. Esses colegiados são formados pela comunidade local e escolar, e seu exercício ocorre por meio de quatro funções: deliberativas (poder de decisão sobre a organização e funcionamento da escola relacionado ao aspecto pedagógico, administrativo e financeiro); consultivas (papel de assessoramento junto aos segmentos da escola); fiscais (acompanhamento e avaliação de ações pedagógicas, administrativas e financeiras); e mobilizadoras (promoção da participação dos segmentos representativos da comunidade local e escolar).

Nesse contexto, a presença do Conselho Escolar é imprescindível, uma vez que, como instância colegiada, com a representação dos diversos segmentos da escola e da comunidade local, cabe-lhe coordenar e acompanhar as discussões concernentes às prioridades e objetivos da escola, analisar e encaminhar os problemas de ordem administrativa ou

pedagógica, conhecer as demandas e potencialidades da comunidade local, estimular a instituição a práticas pedagógicas democráticas e transparentes, e incentivar a co-responsabilidade [sic] no desenvolvimento das ações de todos os que integram a comunidade escolar (Aguiar, 2008, p. 140).

A natureza dos Conselhos é política, mobilizadora, deliberativa e pedagógica. Ocupa-se tanto de ações referentes ao processo de democratização da escola, como por exemplo, a elaboração e o acompanhamento do Projeto Político Pedagógico, quanto de deliberações sobre questões administrativo-financeiras. Porém, apenas instituir os Conselhos nas unidades escolares não garante que esses colegiados cumpram suas funções. É preciso que os membros desses colegiados compreendam sua natureza política, saibam quais são suas funções e, além disso, entendam sua especificidade¹, ou seja, as diferenças fundamentais que há entre os Conselhos Escolares e os demais colegiados das escolas, como a Associação de Pais e Mestres (APM), o Grêmio Estudantil, as Unidades Executoras². Para isso, torna-se fundamental a formação inicial e continuada de seus conselheiros.

A busca pela formação inicial e continuada pauta-se, principalmente, na compreensão de que não há conhecimento pronto e acabado. Não existem soluções que possam ser utilizadas em todos os problemas, independentes do contexto. Para cada problema diagnosticado deve-se fazer o exercício de reflexão para, então, se propor uma ação. Segundo Pérez Gómez (1992, p. 110), “o profissional competente actua reflectindo na acção, criando uma nova realidade, experimentando, corrigindo e inventando através do diálogo que estabelece com essa mesma realidade”.

Nesse sentido, além do conhecimento teórico, é preciso compreender o contexto em que se vive para que se possa estabelecer o diálogo com a realidade. No cotidiano dos Conselhos Escolares, esse diálogo é primordial, pois para que os conselheiros possam deliberar sobre algum problema, precisam conhecer seus papéis, saber as legislações e normatizações que envolvem a questão, quais as discussões já realizadas sobre o problema, como ele se encontra no contexto, o que o gerou, qual a melhor solução considerando a comunidade em que a escola está inserida etc. A partir dessas questões e da observação sobre a necessidade de fortalecer os Conselhos Escolares no território brasileiro, o PNFCE elaborou ações, em parceria com universidades públicas, que visam “fomentar a implantação e fortalecimento de Conselhos Escolares nas escolas públicas

de educação básica” (Brasil, 2004b, p. 9). Uma das ações realizadas pelo Programa é o Curso de Extensão a Distância Formação Continuada em Conselhos Escolares.

3. O Curso de Formação Continuada em Conselhos Escolares

O Curso de Extensão a Distância Formação Continuada em Conselhos Escolares objetiva contribuir para o debate e o aprofundamento do princípio, previsto na Constituição Federal, da gestão democrática nas escolas, em especial, a partir da participação da comunidade escolar e local nos Conselhos Escolares. Nesse sentido, o curso tem a proposta de formar técnicos de secretarias estaduais e municipais de educação para serem multiplicadores dos conhecimentos adquiridos. Espera-se que, por atuarem junto aos Conselhos Escolares, esses cursistas “devam ser indivíduos participativos, representativos, disponíveis e responsáveis; que estejam sempre abertos a dialogar, representar decisões sem deixar de expressar suas opiniões” (Luiz, Riscal & Barcelli, 2013, p. 95).

É importante explicitar que outras universidades federais (aproximadamente dez instituições) também oferecem essa formação em parceria com a SEB/MEC, de forma integralmente a distância. Como já afirmado, este texto foi pautado apenas na experiência pedagógica do curso que é oferecido pela UFSCar, desde 2009.

3.1 Metodologia do Curso de Formação Continuada em Conselhos Escolares

A qualidade do processo de ensino/aprendizagem foi a grande preocupação durante a formulação e o desenvolvimento do curso. Isso porque, cursos ministrados totalmente a distância enfrentam “[...] sérios conflitos devido à suposição de que cursos estruturados nesta modalidade expressem baixo nível de ensino” (Corrêa, 2007, p. 10). Ainda de acordo com a autora, a desvalorização e o não reconhecimento de práticas de EaD resulta do “contexto educacional tão elitizado, principalmente quanto às regras de quem pode produzir conhecimento e de quem deve consumi-lo” (Corrêa, 2007, p. 10).

3.1.1 Elaboração do material didático do Curso de Formação Continuada em Conselhos Escolares

Segundo Corrêa (2007):

[...] o grande desafio é gerar materiais que criem desafios cognitivos para os alunos, que promovam atividades significativas de aprendizagem, enfim, que promovam o desenvolvimento de novas competências necessárias ao campo da ação. Portanto, a qualidade do material refere-se aos conteúdos, às atividades, e não depende unicamente do suporte tecnológico a ser utilizado. Além disso, é necessário que se avaliem os diferentes materiais desenvolvidos de acordo com uma metodologia própria para cada tipo de mídia, assim como a articulação dos materiais entre si de modo a garantir uma real efetividade do fluxo de aprendizagem proposto (Corrêa, 2007, p. 11).

Os materiais teórico-pedagógicos³ do curso foram elaborados e disponibilizados por autores contratados pela SEB/MEC. Segundo Aguiar (2008), o processo de elaboração desses materiais, em especial, dos Cadernos Temáticos, envolveu uma equipe formada por especialistas, técnicos da SEB/MEC, gestores de secretarias de educação e conselheiros escolares. Uma das características dos Cadernos, segundo a autora, é sua consistência teórica expressa em uma linguagem de fácil compreensão.

As temáticas trabalhadas nesses materiais abrangem distintos aspectos a respeito do processo de implantação e de implementação desses colegiados, ressaltando sua importância política e a parceria entre comunidade local e escolar nos processos de tomadas de decisões. Dentre as temáticas trabalhadas, destacam-se a gestão democrática, a educação inclusiva, os aspectos organizacionais e financeiros da escola e a educação do campo. Uma das características positivas desses materiais pedagógicos é a possibilidade de compreender os fundamentos e o desenvolvimento dos Conselhos Escolares. Além disso, tais materiais são direcionados tanto para profissionais da educação quanto para a comunidade local. Dentre os desafios encontrados no emprego desses materiais, estão a rápida desatualização de algumas temáticas como, por exemplo, as políticas de financiamento no Brasil que, devido à dinâmica do processo histórico, tendem a sofrer constantes modificações.

3.1.2 Elaboração de atividades do Curso de Formação Continuada em Conselhos Escolares

Cada universidade, que se propõe a oferecer o curso, elabora suas atividades didático-pedagógicas. Isso permite que a elaboração e a reelaboração de atividades sejam realizadas com base no contexto dos cursistas, ou seja, as atividades propostas visam, por meio de referenciais teóricos que serão aprendidos ao longo do curso pelos cursistas, a reflexão sobre as ações já praticadas por eles ou que precisam ser modificadas para fortalecer os Conselhos Escolares.

Sendo assim, as tarefas propostas no curso possibilitam a reflexão, a elaboração e a reelaboração de conhecimentos e saberes dos e pelos cursistas. Segundo Sacristán (2000, p. 225), “o valor das atividades ou tarefas didáticas vai mais além de ser um recurso para mediar as aprendizagens cognitivas dos alunos”. Também é importante considerar que a escolha das tarefas não ocorre de forma neutra, mas exprime um modo de atitude requerido e é baseada em distintas formas de aprendizagem – tanto intelectuais quanto afetivas e sociais.

Dentre as tipologias de tarefas acadêmicas elencadas por Sacristán (2000), as tarefas eleitas no curso podem ser consideradas *tarefas de compreensão*,

nas quais se requer que os alunos reconheçam a informação, de modo que possam nos dar sua própria versão da mesma, apliquem procedimentos a situações novas, extraiam consequências, etc. [As tarefas de compreensão] exigem a captação do significado dos conteúdos de que se ocupem, algo que se manifesta na transformação pessoal de quem o assimilou. Este tipo de tarefas pretende gerar estratégias ou resultados partindo da captação da estrutura semântica do conteúdo. Frente às atividades-rotina, neste caso, o sujeito compreende as razões pelas quais chega a um determinado resultado [...]. Já não se espera do aprendiz o caráter previsível de respostas precisas. São tarefas que exigem maior experiência, tratando o conteúdo detidamente e sob formas de atividades diversas, às quais nem sempre é fácil aplicar padrões de avaliação muito precisos (Sacristán, 2000, p. 224).

As atividades propostas no curso são de três tipos: fóruns de discussões, questionário informativo e produção textual. Tais tarefas trabalham com o conhecimento de teorias e de políticas públicas sobre os Conselhos Escolares, discussões sobre estratégias e práticas presentes nesses colegiados e compilação de informações que permitem maior conhecimento sobre o contexto em que eles estão inseridos.

3.1.3 Implementação do Curso de Formação Continuada em Conselhos Escolares

A aprendizagem colaborativa está presente na proposta metodológica do curso. Em cada etapa, são criadas oportunidades de diálogo entre os cursistas. Tais diálogos são direcionados por meio de questões que envolvem determinadas temáticas e norteados pela figura do tutor, que é denominado, no curso, formador. As inserções dos formadores nos fóruns são fundamentais, por isso eles são orientados a acompanhar os debates e, quando necessário, a (re)direcionar as discussões realizadas para a temática. Essas ações tendem a minimizar possíveis conflitos que, ocasionalmente, possam surgir devido a gama de diversidade cultural, regional, política e ideológica dos estudantes.

A proximidade entre formadores e cursistas é um dos aspectos fundamentais do curso. Mesmo sendo o trabalho todo realizado em ambiente virtual, na Plataforma Moodle, os formadores são orientados a construir uma relação harmônica e de parceria com os cursistas, acompanhando-os diariamente. Essa relação é baseada na proposta metodológica de Círculos de Cultura, na qual não há lugar para discriminação e exclusão. Sobre essa proposta metodológica, o Caderno 6 dos Conselhos Escolares (Brasil, 2006, p. 16) apresenta que

[...] [os] Círculos de Cultura foram experiências relevantes no movimento de educação popular, inspirado por Paulo Freire. A metodologia de formação humana dos Círculos de Cultura concretiza sua visão epistemológica, teórica e educativa, especialmente a concepção de que o educando é sujeito de seu processo educativo e que o educador também aprende. Eles se fundam no princípio de que uma educação relevante e significativa exige um projeto pedagógico construído com o povo e não para o povo.

Para a utilização dessa metodologia, torna-se fundamental ter flexibilidade; respeito às diferenças; revisão constante das atividades ao longo do processo; e diálogo aberto com os cursistas. Nessa perspectiva, é sugerido que o Círculo de Cultura se torne uma proposta de trabalho pedagógico na formação de Conselheiros Escolares e de outros grupos interessados em incentivar um processo de formação por meio do diálogo.

Convém ressaltar que existem várias dificuldades no uso dessa abordagem metodológica; uma delas seria a disponibilidade de horário para participar dos Círculos de Cultura, pois é necessário dispor de tempo para as deliberações sobre as propostas e/ou problemas cotidianos.

A questão do tempo também é uma das preocupações pedagógicas do curso de extensão, uma vez que a disponibilidade dos cursistas para a realização das tarefas, pesquisas e discussões são limitadas, devido a vários motivos como: questões pessoais; de trabalho; de disponibilidade de uso de recursos tecnológicos etc. Nesse sentido, a forma como o cursista é acompanhado e auxiliado nas realizações das atividades é de fundamental importância, visto que “a alta evasão nos cursos de modalidade a distância é bastante conhecida no meio acadêmico [...]” (Mill, Ribeiro & Oliveira, 2010).

Na intenção de oferecer um ensino de qualidade, respeitando a questão do tempo de cada cursista e as dificuldades supracitadas, o curso que, atualmente possui carga horária de 200 horas, foi dividido em duas fases: Fase 1 e Fase 2. Ambas as fases são orientadas pelos Cadernos Temáticos disponibilizados pela SEB/MEC.

Na Fase 1, os cursistas adquirem conhecimentos iniciais sobre os Conselhos Escolares, como: o princípio da gestão democrática como norteador do trabalho escolar; a importância desse colegiado na orientação do trabalho pedagógico da escola em prol da construção da cidadania; a relevância do Conselho Escolar no acompanhamento e desenvolvimento da função política-pedagógica da escola; a necessidade do respeito ao saber e à cultura do estudante; a influência do Conselho na escolha do diretor da escola.

A Fase 2 inicia-se com o debate sobre a metodologia do Círculo da Cultura e sua importância para a qualidade da educação. Nessa fase, os cursistas também refletem sobre a importância do Conselho Escolar na questão do financiamento da educação; a valorização dos trabalhadores que atuam no campo da educação; a educação do campo; o Conselho Escolar e a questão da igualdade social e dos direitos humanos; a organização do Conselho Escolar em fóruns.

Durante o estudo dessas temáticas, o cursista é orientado a refletir sobre os Conselhos Escolares em que atuam. Para isso, são propostas atividades com problemas concretos que fomentam reflexão sobre questões cruciais do Conselho Escolar por meio de análises e debates. Ao finalizar o curso, esses cursistas elaboram uma atividade final que se chama Plano de Ação (PA), que não precisa, necessariamente, ser executado. Elaborado individualmente ou em grupos, o PA segue, geralmente, uma estrutura de projeto e apresenta um problema; o diagnóstico; uma proposta de ação para esse problema; objetivos e procedimentos que possibilitem a ação; um cronograma com vistas às possibilidades da escola; e acompanhamento da ação. Essa estrutura pautou-se na ideia de “auxiliar os cursistas na criação e adaptação de atividades com a mesma

composição (respeitando as diferenças e vivências), com vistas a refletir sobre metodologias, técnicas, referenciais teóricos, princípios educacionais etc.” (Luiz et al., 2010, p. 91).

3.1.4 Resultados obtidos no Curso de Formação Continuada em Conselhos Escolares

Ao longo do curso, percebe-se que são dirimidas muitas das dúvidas que surgem a respeito das funções e atribuições dos conselhos escolares e do papel que exercem aqueles que constituem esses colegiados. Nesse sentido, “os cursistas passam a compreender melhor a importância dos CEs no processo de democratização e no de melhoria da qualidade do ensino” (Silva, Luiz & Silva, 2013, p. 275). Isso leva a pressupor que esses cursistas possam se tornar multiplicadores dos conhecimentos e conteúdos trabalhados durante o curso.

Observou-se que a própria reflexão sobre a realidade de cada cursista, aliada aos conteúdos estudados, acaba por modificar suas concepções a respeito da gestão democrática e desperta ou amplia novas percepções com relação às formas de estruturar seus conselhos escolares.

Durante a formação continuada, muitos cursistas sentem a necessidade de implantar e/ou mobilizar os conselhos escolares nas escolas em que atuam. Em muitos casos, nossa equipe é solicitada para: apoiar e explicar leis e normas referentes ao CE, relatar ações que impulsionem a participação da comunidade, ou ainda escutar desabaços acerca da realidade em que eles se encontram (Silva, Luiz & Silva, 2013, p. 275).

Percebe-se que a preocupação dos cursistas em fortalecer os conselhos escolares e em impulsionar a participação nesses colegiados é uma constante. A aprendizagem adquirida pelos cursistas ao longo dessa formação possibilita modificar concepções e práticas cotidianas, por meio de reflexões e de diálogo. Assim, o Curso de Formação Continuada em Conselhos Escolares advém como uma possibilidade para a implantação da gestão democrática nas escolas públicas brasileiras.

4. Considerações Finais

Segundo Barbosa Júnior (2013), a grande preocupação dos educadores que participam do processo de fortalecimento de Conselho Escolar está em como sedimentar esses colegiados e assegurar que eles atuem efetivamente nas escolas; e como qualificar a participação dos conselheiros escolares. De acordo com o autor (2013), muitas formações são elaboradas por educadores na perspectiva de conselheiros e conselhos escolares idealizados.

Essa perspectiva materializa-se no momento em que pensamos um curso de formação presencial ou a distância sem nos perguntarmos quem são os sujeitos a que esse curso se destina e definimos os conteúdos sem considerar as necessidades e desejos das pessoas/conselheiros que estão diante de nós, e sem possibilitar que elas participem da definição do programa do curso. Uma das tendências desse processo é o cumprimento das obrigações do curso, sem que os conteúdos trabalhados possibilitem a qualificação das pessoas para atuar no conselho de modo qualificado (Barbosa Júnior, 2013, p. 27).

Dessa forma, a perspectiva democrática já se perde logo no processo de planejamento de alguns cursos. De acordo com o autor (2013), faz-se necessário superar a perspectiva idealista de Conselho Escolar e, também, de seus conselheiros.

Nesse sentido, o Curso de Extensão a Distância Formação Continuada em Conselhos Escolares da UFSCar ministra os conteúdos e atividades que possibilitam aos educadores (cursistas) pesquisarem mais sua própria realidade, por meio de constante diálogo e de adaptações e readaptações de tarefas.

Com duração de um ano, o curso de extensão, tratado neste artigo, é parte das políticas públicas de educação a distância que visam à formação continuada daqueles que buscam fortalecer os Conselhos Escolares das instituições escolares em que atuam. O trabalho pedagógico realizado pela equipe da UFSCar pretende formar os cursistas na perspectiva de que estes são sujeitos reais que possuem saberes, habilidades e dificuldades próprias. E como tal, podem, de acordo com o contexto e com suas intenções, atribuir diferentes concepções e ações aos conselhos das escolas em que atuam. Essa liberdade de ação pauta-se na concepção democrática em que o curso está fundamentado, com vistas à formação de um cidadão crítico, reflexivo e autônomo.

Consideram-se necessários mais cursos de formação inicial e continuada nos moldes do curso oferecido pela UFSCar em parceria com a SEB/MEC, visto que os

Conselhos Escolares são fundamentais para a implantação e o desenvolvimento da orientação político-pedagógica da escola e têm sido um dos principais avanços no processo de educação política brasileira.

Notas

¹ Comumente os Conselhos Escolares são confundidos com outros colegiados existentes nas escolas, como a Associação de Pais e Mestres (APM), por exemplo.

² Segundo Brasil (2009), as Unidades Executoras são entidades civis de direito privado que têm como função a administração dos recursos financeiros da escola, enquanto que “o Conselho Escolar se insere diretamente na estrutura de poder da escola” (p. 48).

³ Esses materiais são disponibilizados no *site* do Ministério da Educação.

Referências Bibliográficas

- Aguiar, M. A. S. (2008). Gestão da educação básica e o fortalecimento dos Conselhos Escolares. *Educar em Revista*, (31), 129-144. [doi:10.1590/S0104-40602008000100009](https://doi.org/10.1590/S0104-40602008000100009)
- Alonso, K. M. (2010). A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. *Educação & Sociedade*, 31(113), 1319-1335. [doi:10.1590/S0101-73302010000400014](https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400014)
- Barbosa Júnior, W. P. (2013). *Um conselho para o cotidiano*. In F. H. L. Vasconcelos et al. (Orgs.). Conselho Escolar: processos, mobilização, formação e tecnologia (pp. 25 - 40). Fortaleza: Edições UFC.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.
- Brasil. (2004a). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. *Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública*. Brasília: MEC, SEB.

- Brasil. (2004b). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. *Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania*. Brasília: MEC, SEB.
- Brasil. (2005). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Imprensa Nacional.
- Brasil. (2006). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. *Conselho Escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura e qualidade da educação*. Brasília: MEC, SEB.
- Brasil. (2009). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. *Conselho Escolar e sua organização em fórum*. Brasília: MEC, SEB.
- Brasil. (2014). Ministério da Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*.
- França, C. S., & Simon, C. B. (2014). Professores de história: o uso do computador na construção do conhecimento histórico escolar. *Tempo & Argumento*, 6(12), 186-211. [doi:10.5965/2175180306122014186](https://doi.org/10.5965/2175180306122014186)
- Corrêa, J. (2007). *Educação a distância: orientações metodológicas*. Porto Alegre: ArtMed.
- Gomes, L. F. (2013). EAD no Brasil: perspectivas e desafios. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 18(1), 13-22. [doi:10.1590/S1414-40772013000100002](https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000100002)
- Kliemann, M. P. (2006). *A informática na educação especial e a questão da autonomia*. Dissertação de mestrado. Universidade do Oeste Paulista.
- Lemgruber, M. S. (n.d.) Educação a distância: para além dos caixas eletrônicos. Acesso em 30 de maio de 2015, disponível em:

http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/marcio_lemgruber.pdf

- Luiz, M. C. et al. (2010). *Planos de ação dos cursistas para o fortalecimento do conselho escolar*. In M. C. Luiz (Org.). Conselho escolar: algumas concepções e propostas de ação (pp. 91 - 148). São Paulo: Xamã.
- Luiz, M. C., & Riscal, S. A., & Barcelli, J. C. (2013). *Conselho Escolar e processos formativos: reflexões teóricas e práticas realizadas*. In F. H. L. Vasconcelos et al. (Orgs.). Conselho Escolar: processos, mobilização, formação e tecnologia (pp. 77 - 99). Fortaleza: Edições UFC.
- Mill, D., & Ribeiro, L. R. C., & Oliveira, M. R. G. (2010). *Polidocência na educação a distância: múltiplos enfoques*. São Carlos: EdUFSCar.
- Pérez Gómez, A. (1992). *O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo*. In A. Nóvoa (Org.). Os professores e a sua formação. (pp. 95 - 114). Lisboa: Dom Quixote.
- Sacristán, J. G. (2000). *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: ArtMed.
- Silva, F. C., & Luiz, M. C., & Silva, A. L. C. (2013). *Conselho Municipal de Educação, conselho escolar e formação continuada: democratização, participação e qualidade de ensino*. In M. C. Luiz & R. M. M. Nascente (Orgs.). Conselho Escolar e diversidade: por uma escola mais democrática (pp. 263 - 280). São Carlos: EdUFSCar.